

Novo contrato prevê FGTS menor e isenta patrão de recolher INSS

Regras valeriam para jovens de 16 a 24 anos e trabalhadores desempregados há mais de dois anos

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

Após a Reforma Trabalhista do governo Temer, em vigor desde 2017, e a minirreforma de Bolsonaro, sancionada em setembro passado, agora a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, quer fazer alterações nos contratos de trabalho. Assim como as medidas anteriores, a mais recente tem, segundo o governo, o objetivo de reduzir o desemprego, que atinge 12,6 milhões de pessoas. Na mesa do ministro estariam a redução do recolhimento do FGTS de 8% para 2%, queda da multa rescisória de 40% para 20% e fim da contribuição do empregador ao INSS. As medidas, segundo informações da BBC News, fariam parte de novo contrato de trabalho para jovens de 16 a 24 anos e para quem está sem emprego há pelo menos dois anos, independentemente da idade.

Com a redução do recolhimento para o FGTS, o empregado com esse tipo de contrato teria menos recursos na conta do fundo, além de receber uma multa pela metade se for demitido. O argumento do governo é o de que custos mais baixos para os empregadores poderiam estimular as contratações.

CONFIRA

12,6 MI

De acordo com o IBGE, esse é o número de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em agosto deste ano.

11,8 MI

Número de empregados sem carteira assinada totalizaram 11,8 milhões de pessoas e os autônomos somaram 24,3 milhões.

Para o advogado Sérgio Batalha, especialista em Direito do Trabalho, a proposta do governo é inconstitucional.

“A iniciativa viola o princípio da isonomia previsto no caput do Artigo 5º da Constituição, pois criaria uma discriminação em relação aos trabalhadores jovens ou desempregados”, explica.

Já em relação à contribuição previdenciária, caberia, na prática, ao Tesouro Nacional desembolsar ainda mais recursos para cobrir o déficit da Previdência, já que a nova modalidade traria menos arrecadação. Diante da falta de recursos do governo, essa compensação é um dos pontos mais delicados do projeto, na avaliação de técnicos que par-



Medidas, segundo governo, seriam para impulsionar a contratação de trabalhadores com carteira assinada

tipicam das reuniões.

Além da questão fiscal, Paulo Guedes reconhece que o desemprego é hoje o maior problema econômico que o Brasil enfrenta, segundo interlocutores. Por isso, a ideia é lançar, ainda neste mês, propostas que poderiam estimular a geração de vagas.

“É importante acrescentar que a proposta não criaria emprego algum, apenas faria com que as contratações que seriam normalmente efetuadas

pelos empregadores fossem efetuadas mediante o novo sistema. Ou seja, o único efeito seria reduzir a empregabilidade do trabalhador acima de 24 anos e desempregado há menos de dois anos. Teria também um efeito recessivo, diminuindo os depósitos do FGTS e os valores sacados pelos trabalhadores”, avalia Batalha.

Procurado pelo **DIA**, o governo confirmou a existência de medidas. E acrescentou que: “As secretarias especiais

de Previdência e Trabalho e de Produtividade, Emprego e Competitividade apresentaram ao ministro da Economia, Paulo Guedes, propostas relativas às suas áreas de atuação. As medidas estão em estudo e só serão divulgadas quando consolidadas e aprovadas pelo ministro”.

Cabe destacar que as mudanças podem ser por projeto de lei ou medida provisória e dependem da aprovação do Congresso.

Taxa de desemprego está em 11,8%

► O Brasil tem 12,6 milhões de pessoas procurando emprego, segundo dados do IBGE. A pesquisa mais recente mostra que a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em agosto. Em igual período do ano anterior, a taxa era de 12,1%.

“Não tem espaço para queda do desemprego em economia que não cresce”, avalia a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute, em Washington.

Na sua avaliação, os últimos governos têm se preocupado mais com a rigidez das leis trabalhistas e menos com proteção aos trabalhadores.

“Você não pode ignorar que medidas para reduzir o desemprego no Brasil têm que vir acompanhadas da preocupação com o nosso problema imenso de desigualdade”, disse.



Evento com diversas personalidades do setor será realizado no auditório da CNC, no Centro do Rio

Confederação vai sediar evento sobre o Mercosul

Na pauta, os setores de comércio e serviços do bloco econômico

Os setores de comércio e de serviços no âmbito do Mercosul, entre outros temas, estarão em debate na 2ª Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI19), que ocorre hoje, das 10h às 17h30, no auditório da sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que fica na Avenida Geneal Justo 307, 9º andar, no Centro.

Neste ano, o Brasil está na presidência pro-tempore do Conselho de Câmaras de Comércio do Mercosul (CCCM). Outro tema de extrema relevância para o bloco econômico que estará na pauta são as negociações comerciais em curso - a exemplo do acordo com a União Europeia (UE) e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) - e o papel das câmaras de comércio no fortalecimento das relações intrabloco.

Conforme os organizadores, o evento contará com três painéis, que debaterão temas

como: conjuntura internacional do Mercosul, negociação brasileira no Mercosul, e oportunidade e desafios empresariais. O quadro de palestrantes será composto pelos negociadores do governo brasileiro, membros do corpo diplomático do bloco e das câmaras de comércio dos países participantes e associados.

“Estarão presentes todas as instituições patronais representativas dos países que compõem o Mercosul. Entendemos que estamos cumprindo mais uma missão, fazendo parte das funções da CNC promover uma boa interlocução entre o Poder constituído e os anseios do empresariado”, ressalta o presidente da Confederação, José Roberto Tadros, que vai mediar o encontro.

PRESENCAS

Estão confirmadas as presenças de Jorge Luis Di Fiori, presidente da Câmara de Comércio da Argentina; Peter Thomas Hill Dowd, presidente da

Câmara de Comércio de Santiago do Chile; Gustavo Vaneiro, embaixador do Uruguai; Jose Kinn Franco, embaixador da Bolívia; embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, do Ministério das Relações Exteriores; João Luís Rossi, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia; Lic. Ernesto Figueiredo Coronel, presidente da Câmara de Comércio do Paraguai.

Também comparecerão: Jean Pierre Antelo, tesoureiro da Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz; Gustavo Cupertino Domingues, do Ministério da Agricultura; Rolando Kempff Bacigalupo, presidente da Câmara de Comércio da Bolívia; Julio César Lestido, presidente da Câmara de Comércio do Uruguai; Ambrosio Bertolotti, secretário permanente do Conselho de Câmaras de Comércio do Mercosul; e Carlos Arecco, diretor da Câmara Argentina de Comércio e Serviços.

Rio será beneficiado com leilão de blocos de petróleo

Arrecadação do estado aumentará e novos empregos serão gerados

O Estado do Rio será beneficiado pelo aumento de arrecadação e a geração de empregos resultantes da 16ª rodada de licitações de blocos de petróleo promovida ontem pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Foram arrematados 12 dos 36 blocos oferecidos para exploração e produção em regime de concessão, sendo dez na Bacia de Campos. A ANP informou que arrecadou R\$8,915 bilhões em bônus de assinatura.

De acordo com a ANP, as áreas vão gerar de arrecadação de royalties e participação especial de cerca de R\$ 100 bilhões nos próximos 27 anos, período dos contratos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), os cofres do estado vão receber R\$ 17 bilhões até 2021, por conta da alta da arrecadação que no ano passado foi de R\$ 13 bilhões.

O ágio com as propostas apresentadas ontem foi de 322% para o bônus de assinatura e de 390% para as unidades de trabalho do programa exploratório mínimo. Os contratos, que serão assinados em fevereiro de 2020, devem gerar investimento de R\$ 1,5 bilhão.

Considerados de elevado potencial, os blocos na Bacia de Campos atraíram consórcios e disputa



A 16ª rodada de licitações em regime de concessão aconteceu ontem

ARRECADAÇÃO

R\$ 17 BI

Segundo o IBP, os cofres do estado vão receber R\$ 17 bi até 2021, por conta da alta da arrecadação que no ano passado foi de R\$ 13 bi.

R\$ 100 BI

As áreas leiloadas vão gerar de arrecadação de royalties e participação especial de cerca de R\$ 100 bilhões nos próximos 27 anos.

de ofertas em alguns casos. Ao todo, dez dos 13 blocos da bacia foram arrematados.

A Firjan avaliou que o leilão reforçou a disposição do governo em cumprir o calendário regular de leilões. “A constância dos leilões é fator

chave para que o Brasil garanta sua atratividade no cenário mundial. É a partir do arremate das áreas que a indústria pode iniciar seu planejamento de investimentos”, informou por meio de nota.

PEDIDO DE ADIAMENTO NO STF

Em meio ao leilão, o governo do Rio fez pedido formal para que o Supremo Tribunal Federal (STF) adiasse a votação sobre a nova fórmula de partilha dos royalties do petróleo. O governador Wilson Witzel solicitou que o assunto só seja analisado pela Corte daqui a seis meses.

Witzel alegou que, se o novo regime de divisão dos lucros da exploração do petróleo for implementado, estado vai decretar falência. A ação direta de inconstitucionalidade está prevista entrar na pauta do STF em 20 de novembro.